



# *Prefeitura Municipal de Domingos Martins*

## Estado do Espírito Santo

Rua Bernardino Monteiro, 22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo

CEP 29260-000 – Fone: (27) 3268-1344 / 1239

www.domingosmartins.es.gov.br – gabinete@domingosmartins.es.gov.br

### RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO – RELUCI – CONTAS DE GESTÃO

**Emitente:** Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo – Controladoria Interna

**Unidade Gestora:** Prefeitura Municipal de Domingos Martins

**Gestor Responsável:** Wanzete Kruger

**Exercício:** 2023

#### 1. RELATÓRIO

##### 1.1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa Unidade de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

1. Itens de Abordagem prioritária						
1.1. Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	Relatórios da despesa.	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Relatórios da despesa.	Relatórios da despesa contendo indenização.
1.2. Gestão Previdenciária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
1.2.1	Registro por competência – despesas previdenciárias patronais	Processos de despesas liquidadas das obrigações patronais, relatórios e	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991	Verificar se foram realizados os registros orçamentários e patrimoniais das despesas com obrigações	Processos e relatórios de obrigações patronais liquidadas, relatórios e	Relatório de liquidação emitidos pelo Sistema de Contabilidade.

		balancetes consolidados.	Lei Local Regime de competência.	previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou aportes atuariais, observando o regime de competência.	balancetes consolidados.	
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias – parte patronal	Processos de despesas liquidadas e pagas de obrigações patronais, relatórios e balancetes consolidados.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência.	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou aportes atuariais decorrentes do plano de amortização do déficit atuarial.	Processos e relatórios de obrigações patronais recolhidos, relatórios e balancetes consolidados	Relatório de liquidação e pagamento emitidos pelo Sistema de Contabilidade.
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	Processos de despesas de obrigações patronais.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência.	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	Processos e relatórios de obrigações patronais recolhidos, relatórios e balancetes consolidados	Relatório de liquidação e pagamento emitidos pelo Sistema de Contabilidade.
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias – parte servidor	Processos de despesas de contribuição previdenciária (de segurados).	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local.	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Processos e relatórios de despesas de contribuição previdenciária (de segurados).	Relatório de liquidação e pagamento emitidos pelo Sistema de Contabilidade.
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Relatórios de empenho.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência.	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente	Relatórios de empenho.	Relatórios de empenho.

### 1.3. Gestão patrimonial

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	Demonstrativos contábeis e Relatório de Inventário da Gerência de Patrimônio.	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96, NBCTSP 4, 7 a 10, IN TC 36, Anexo único, item	Verificar se foi levantado o inventário anual dos bens em estoque, móveis, imóveis e se os registros patrimoniais foram evidenciados no Balanço Patrimonial, bem como se	Demonstrativos contábeis e Relatório de Inventário da Gerência de Patrimônio.	Demonstrativos contábeis e Relatório de Inventário da Gerência de Patrimônio.

			7,8,9,15, 16 e 18	foram evidenciados os registros patrimoniais das variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.		
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Demonstrativos dos registros e movimentações patrimoniais e demais relatórios dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Demonstrativos, registros e relatórios dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	Demonstrativos, registros e relatórios dos bens móveis, imóveis e intangíveis.
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em instituições financeiras oficiais	Relatório de Fluxo de Caixa.	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Contas bancárias cadastradas no ente.	Relatório de Fluxo de Caixa.
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação confirmação externa	Termo de conciliação das disponibilidades bancárias e extratos bancários.	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Confrontar os valores registrados nas contas correntes e aplicações financeiras com os extratos bancários no final do exercício.	Contas presentes no termo de conciliação das disponibilidades bancárias e extratos bancários.	Termo de conciliação das disponibilidades bancárias e extratos bancários.

#### 1.5. Demais Atos de Gestão

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	Documentos integrantes da PCA	IN regulamentado ra da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Documentos integrantes da PCA	Documentos integrantes da PCA
1.5.2	Segregação de funções.	Processos administrativos em tramitação.	CRFB/88, art. 37.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Profissionais envolvidos nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Profissionais envolvidos nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.

## 2. Itens de Abordagem Complementar

### 2.2 Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Listagem de pagamentos Instrução Normativa	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Listagem de pagamentos	Listagem de pagamentos

### 2.5 Gestão Previdenciária

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
2.5.2	Base de Cálculo de contribuições - RPPS	Lei Municipal que regulamenta a Base de Cálculo das Contribuições previdenciárias ao RPPS e relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas	Lei Municipal que regulamenta a Base de Cálculo das Contribuições	Lei Municipal que regulamenta a Base de Cálculo das Contribuições

		de despesas.		respeitando essa base de cálculo.	previdenciárias ao RPPS e relatórios de despesas que demonstrem a retenção.	previdenciárias ao RPPS e relatórios de despesas que demonstrem a retenção.
2.5.4	Alíquota de contribuição – Retenção e Recolhimento	Lei Municipal e Federal que regulamenta a Base de Cálculo das Contribuições previdenciárias e alíquotas e relatórios de despesas que demonstrem os valores retidos.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	Lei Municipal e Federal que regulamenta a Base de Cálculo das Contribuições previdenciárias e alíquotas e relatórios de despesas que demonstrem os valores retidos.	Lei Municipal e Federal que regulamenta a Base de Cálculo das Contribuições previdenciárias e alíquotas e relatórios de despesas que demonstrem os valores retidos.
<b>2.5. Demais Atos de Gestão</b>						
Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
2.6.4	Pessoal – teto	Folha de Pagamento	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	Folha de pagamento.	Folha de pagamento.
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	Folha de Pagamento, relatórios da Gerência de Recursos Humanos e Legislação de cargos e Orçamentária	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.	Folha de Pagamento, relatórios da Gerência de Recursos Humanos e Legislação de cargos e Orçamentária	Folha de Pagamento, relatórios da Gerência de Recursos Humanos e Legislação de cargos e Orçamentária

## 1.2. Constatações e Proposições

Acerca dos itens selecionados para análise, expostos na tabela acima, abordamos os seguintes achados e proposições:

<b>1. Itens de abordagem Prioritária</b>			
<b>1.1. Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária</b>			
Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.1.2	Em análise realizada nos relatórios de empenho pagos por indenização, filtrando elemento de despesa e histórico, constatou-se a realização despesas sem emissão de prévio empenho, ocorridas durante o ano, sendo elas referentes aos seguintes objetos: locações de imóveis não aditivadas tempestivamente, aquisição de materiais, apresentação artística e serviço de transporte escolar.	A Controladoria emite anualmente recomendações às Secretarias sobre a irregularidade da realização de despesas sem prévio empenho, e as consequências de tais atos aos responsáveis. Novas recomendações foram emitidas para as Secretarias.	Regular, com ressalva.
<b>1.2. Gestão Previdenciária</b>			
Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.2.1	Da análise dos relatórios de despesas relativos às obrigações patronais, constatou-se que as mesmas foram reconhecidas conforme regime de competência, com exceção de diferenças apuradas no e-social e folhas complementares.	Nenhuma proposição ou alerta sugerido, tendo em vista que as obrigações patronais foram contabilizadas adequadamente por competência.	Regular.
1.2.2	Da análise dos relatórios de despesas relativos	Nenhuma proposição ou alerta	Regular.

	às obrigações patronais, constatou-se que houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade.	sugerido, tendo em vista o tempestivo recolhimento das obrigações patronais.	
1.2.3	Dos relatórios de despesas objeto de análise, constatou-se que todos os recolhimentos de obrigações patronais se deram de forma tempestiva, não incidindo em multas e juros.	Nenhuma proposição ou alerta sugerido, tendo em vista o tempestivo recolhimento das obrigações patronais.	Regular.
1.2.4	Da análise dos relatórios de despesas de contribuições previdenciárias, constatou-se que as mesmas foram retidas dos servidores e repassadas ao RPPS (IPASDM) e ao INSS.	Nenhuma proposição ou alerta sugerido, tendo em vista o tempestivo recolhimento das contribuições previdenciárias retidas.	Regular.
1.2.5	Dos relatórios analisados, constatou-se que não existem parcelamentos de débitos previdenciários inscritos na Prefeitura.	Nenhuma proposição ou alerta sugerido, tendo em vista que não existem parcelamentos de débitos previdenciários.	Regular.
<b>1.3. Gestão Patrimonial</b>			
<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições/Alertas</b>	<b>Situação</b>
1.3.1	Da análise dos demonstrativos contábeis e dos demonstrativos apresentados pelo setor de patrimônio e de almoxarifado, constatamos que os saldos de valores dos registros contábeis estão compatíveis com os saldos demonstrados nos relatórios de materiais e inventário, disponibilizados pelos setores de almoxarifado e patrimônio, referente ao exercício 2023.  Ademais, o levantamento anual de bens móveis 2023 foi realizado junto a Comissão de Controle e Acompanhamento de Avaliação Patrimonial nas Secretarias Municipais. Sobre os bens imóveis de infraestrutura e patrimônio cultural foi informado que será contratada empresa para o levantamento desses bens.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista a compatibilidade dos valores registrados de almoxarifado e bens móveis e imóveis, e a realização de Levantamento Anual.	Regular.
1.3.2	- Em acompanhamento a Recomendação nº 009/2019, acerca do acerto contábil sobre obras em andamento, a Gerência de Patrimônio informou que em 2023 foram realizados lançamentos com o intuito de finalizar o saldo de obras em andamento. Ademais foi informado que será contratada empresa para o levantamento desses bens.  - Acerca dos registros dos bens móveis estão sendo realizados contendo informações suficientes para sua caracterização e a devida indicação da estrutura administrativa do órgão que está localizado.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista que está sendo regularizado o saldo de obras em andamento e que os registros dos bens permanentes estão sendo realizados contendo informações suficientes para sua caracterização e a devida indicação da estrutura administrativa do órgão que está localizado.	Regular.
1.3.3	Da análise das disponibilidades financeiras através do Relatório de Fluxo de Caixa das contas existentes no município, constatamos que 100% estão sendo movimentados em instituições financeiras oficiais.	Nenhuma proposição ou alerta sugerido, tendo em vista que a movimentação bancária está sendo efetuada em instituição financeira oficial.	Regular.
1.3.4	Foi realizada análise no Relatório de Fluxo de Caixa, no qual, das contas selecionadas verificou-se a conformidade dos saldos apresentados nos extratos bancários e saldos de aplicações financeiras com os saldos conciliados lançados no sistema contábil da Prefeitura, através de arquivos disponibilizados pela Contabilidade e Tesouraria.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista exatidão dos saldos bancários com os saldos conciliados.	Regular.
<b>1.5. Demais atos de gestão</b>			
<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições/Alertas</b>	<b>Situação</b>
1.5.1	Foram disponibilizados os arquivos que compõem a PCA à Controladoria, sendo a	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista a	Regular

	relação de documentos conferida com o anexo "Composição da Remessa" da IN regulamentadora da prestação de contas, não havendo inconformidade nos documentos a serem encaminhados.	conformidade dos documentos integrantes da PCA com a relação de documentos exigidos na IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	
<b>1.5.2</b>	Considerando as atividades de autorização, aprovação, execução e controle das operações envolvidas nos estágios da despesa, não foi constatada inobservância ao princípio da segregação de funções na autorização, aprovação, execução e contabilização das operações.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista a observância ao princípio de segregação de função.	Regular.
<b>2. Itens de Abordagem Complementar</b>			
<b>2.2 Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária</b>			
<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições/Alertas</b>	<b>Situação</b>
<b>2.2.28</b>	Constatou-se através da análise dos meses selecionados, junho e outubro 2023, que os pagamentos de passivos estão sendo realizados em ordem cronológica das exigibilidades.	Nenhuma proposição foi sugerida, tendo a vista que os pagamentos estão sendo realizados em ordem cronológica de exigibilidades.	Regular
<b>2.5 Gestão Previdenciária</b>			
<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições/Alertas</b>	<b>Situação</b>
<b>2.5.2</b>	Com base na Lei Municipal nº 2.784/2017, e Lei Municipal nº 3108/2023, que dispõem sobre a alteração do plano de custeio destinado ao RPPS dos servidores públicos do município de Domingos Martins, identificou-se a regulamentação da base de cálculo das contribuições e observou-se que a mesma está sendo devidamente empregada nos cálculos das contribuições.	Nenhuma proposição foi sugerida, tendo a vista a existência de base de cálculo regulamentada em Lei Municipal, e a efetiva utilização da mesma no cálculo das contribuições.	Regular
<b>2.5.4</b>	Constatou-se a adoção da alíquota de 14%, conforme Lei Municipal nº 2.943/2020, de 27/03/2020.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista que os descontos obedecem as legislações específicas, Municipal e Federal.	Regular
<b>2.5. Demais atos de gestão</b>			
<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições/Alertas</b>	<b>Situação</b>
<b>2.6.4</b>	Com base na análise de Relatórios do Sistema de Recursos Humanos, observou-se que não há extrapolamento do teto remuneratório na Prefeitura, com exceção de servidores que receberam verbas indenizatórias.	Nenhum alerta foi proposto dado a regularidade nos pagamentos, quando ao alcance do teto remuneratório constitucional.	Regular
<b>2.6.5</b>	Com base na análise da Folha de Pagamento, dos relatórios da Gerência de Recursos Humanos e da Legislação de Cargos, observou-se que as despesas com pagamento de pessoal possuem autorização legislativa específica.	Nenhum alerta foi proposto dado a existência legal de autorização para a realização dos pagamentos de pessoal.	Regular

## **2. PARECER DO CONTROLE INTERNO**

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob responsabilidade do senhor Wanzete Kruger, gestor da Prefeitura Municipal de Domingos Martins, relativa ao exercício de 2023.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, a referida prestação de contas se encontra regular.

Domingos Martins – ES, 25 de março de 2024.

**Márcia d'Assumpção**

Controladora Geral Municipal

**Franciele Luzia Holz**

Auditora Pública Interna – Matrícula nº 12640